

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.034.594	1.082.590
1.01	Ativo Circulante	185.921	226.213
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.575	62.068
1.01.03	Contas a Receber	19.443	68.733
1.01.03.01	Clientes	12.690	18.969
1.01.03.01.01	Revendedores	11.134	17.477
1.01.03.01.02	Consumidores	1.556	1.492
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.753	49.764
1.01.03.02.01	Renda da Prestação de Serviços	1.700	2.738
1.01.03.02.02	Valores a Receber	2.091	25.223
1.01.03.02.03	Serviços - Canal Pinheiros	2.962	21.803
1.01.04	Estoques	2.150	2.073
1.01.07	Despesas Antecipadas	265	101
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	114.488	93.238
1.01.08.03	Outros	114.488	93.238
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	11.596	15.438
1.01.08.03.02	Outros Créditos	5.771	8.994
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	256	645
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	69.599	42.866
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	27.266	25.295
1.02	Ativo Não Circulante	848.673	856.377
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	773.270	789.224
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	773.270	789.224
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	9.271	8.536
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	411.160	432.236
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	56.623	52.236
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	296.216	296.216
1.02.02	Investimentos	45.835	28.649
1.02.03	Imobilizado	28.960	38.101
1.02.04	Intangível	608	403
1.02.04.01	Intangíveis	608	403

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.034.594	1.082.590
2.01	Passivo Circulante	88.568	91.118
2.01.02	Fornecedores	9.816	5.026
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.816	5.026
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.375	4.078
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.904	3.690
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	980	770
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	213	167
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.307	1.930
2.01.03.01.05	Outros	1.404	823
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	308	298
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	308	298
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	163	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.03.03.02	ISS	73	0
2.01.05	Outras Obrigações	65.602	82.014
2.01.05.02	Outros	65.602	82.014
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	87	1.509
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	16.373	15.154
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	7.680	9.529
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	172	177
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	30.581	20.980
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	0	19.803
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	10.709	14.862
2.01.06	Provisões	8.775	0
2.01.06.02	Outras Provisões	8.775	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.775	0
2.02	Passivo Não Circulante	209.895	227.133
2.02.02	Outras Obrigações	27.543	45.813
2.02.02.02	Outros	27.543	45.813
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	59	126
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	10.513	28.716
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	131.946	128.524
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	131.946	128.524
2.02.04	Provisões	50.406	52.796
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48.943	34.971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	28.589	29.989
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	20.354	4.982
2.02.04.02	Outras Provisões	1.463	17.825
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.463	17.825
2.03	Patrimônio Líquido	736.131	764.339
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	300	4.570
2.03.04.01	Reserva Legal	300	300
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	4.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.652	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	76.942	87.228

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	38.870	109.083	50.226	146.175
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.297	-163.442	-66.224	-165.270
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 28)	-53.297	-163.442	-66.224	-165.270
3.03	Resultado Bruto	-14.427	-54.359	-15.998	-19.095
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-263	993	3.883	4.275
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.372	3.558	3.588
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-263	-379	325	687
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-14.690	-53.366	-12.115	-14.820
3.06	Resultado Financeiro	8.645	45.781	17.025	48.753
3.06.01	Receitas Financeiras	1.901	49.286	21.997	59.406
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 29)	9.205	28.201	9.267	28.665
3.06.01.02	Variações Monetárias Ativas (Nota 29)	-7.304	21.085	12.730	30.741
3.06.02	Despesas Financeiras	6.744	-3.505	-4.972	-10.653
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 29)	-298	-900	-313	-1.336
3.06.02.02	Variações Monetárias Passivas (Nota 29)	7.042	-2.605	-4.659	-9.317
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.045	-7.585	4.910	33.933
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.003	-6.067	-7.236	-8.186
3.08.01	Corrente	0	-2.645	0	-2.943
3.08.02	Diferido	-3.003	-3.422	-7.236	-5.243
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.048	-13.652	-2.326	25.747
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.048	-13.652	-2.326	25.747
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	-0,25409	-0,38337	-0,06531	0,72302
3.99.01.02	ON	-0,23099	-0,34852	-0,05937	0,65729
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	-0,25409	-0,38337	-0,06531	0,72302
3.99.02.02	ON	-0,23099	-0,34852	-0,05937	0,65729

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.048	-13.652	-2.326	25.747
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.395	-10.286	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-11.443	-23.938	-2.326	25.747

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-18.595	-30.961
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-19.741	-29.453
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-13.652	25.747
6.01.01.02	Depreciação	16.004	14.949
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-38.636	-44.911
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-1.230	-3.560
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.422	5.243
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	0	4.135
6.01.01.07	Constituição (Reversão) de prov. p/ custos socioambientais	0	-32.833
6.01.01.08	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	23.026	6.793
6.01.01.09	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-9.054	-4.329
6.01.01.10	Receita de equivalência patrimonial	379	-687
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	25.107	-16.651
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	6.343	-1.675
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	-64	983
6.01.02.03	Valores a receber - Energia livre	-2.104	0
6.01.02.04	Energia de curto prazo - CCEE	0	558
6.01.02.05	Serviços emergenciais - Canal Pinheiros	18.841	0
6.01.02.06	Valores a receber - DAEE	24.849	0
6.01.02.07	Renda da prestação de serviços	1.038	2.174
6.01.02.08	Tributos e contribuições compensáveis	3.842	-455
6.01.02.09	Estoques	-77	147
6.01.02.10	Despesas antecipadas	-164	43
6.01.02.11	Ativo financeiro indenizável	-3.578	0
6.01.02.12	Outros créditos	5.327	-4.337
6.01.02.13	Cauções e depósitos vinculados	-2.706	-5.395
6.01.02.14	Fornecedores	4.790	5.004
6.01.02.15	Folha de Pagamento	-360	490
6.01.02.16	Obrigações estimadas - folha de pagamento	1.579	1.591
6.01.02.17	Tributos e contribuições sociais	230	-557
6.01.02.18	Entidade de previdência a empregados	-23.243	-16.175
6.01.02.19	Taxas regulamentares	-1.849	953
6.01.02.20	Compromissos ambientais	-7.587	0
6.01.03	Outros	-23.961	15.143
6.01.03.01	Encargos de uso da rede elétrica	-5	-475
6.01.03.02	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-1.419
6.01.03.03	Depósitos vinculados	-19.803	15.555
6.01.03.04	Outros passivos	-4.153	1.482
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	11.794	71.998
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	1.703	2.917
6.02.02	Adições ao imobilizado	-7.877	-7.656
6.02.03	Recebimento pela UTE Piratininga	35.533	38.703
6.02.04	Aumento de capital em controlada	-17.565	0
6.02.05	Indenização Porto Góes	0	37.690
6.02.06	Baixa do ativo imobilizado	0	344

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.692	-31.220
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	0	-31.220
6.03.02	Dividendos pagos	-5.692	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.493	9.817
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.068	42.416
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.575	52.233

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.270	0	0	-4.270
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-4.270	0	0	-4.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.652	-10.286	-23.938
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.652	0	-13.652
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.286	-10.286
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-10.286	-10.286
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	300	-13.652	76.942	736.131

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-25.909	0	646.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-25.909	0	646.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.747	0	25.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.747	0	25.747
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-162	0	672.379

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/09/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	131.125	205.726
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	125.446	167.669
7.01.02	Outras Receitas	1.372	36.421
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	7.876	5.771
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.569	-4.135
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-68.389	-95.280
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-68.389	-95.280
7.03	Valor Adicionado Bruto	62.736	110.446
7.04	Retenções	-16.004	-14.949
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.004	-14.949
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.732	95.497
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.400	24.109
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-379	687
7.06.02	Receitas Financeiras	28.201	28.665
7.06.03	Outros	-3.422	-5.243
7.06.03.01	I.R. e C.S. diferidos	-3.422	-5.243
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.132	119.606
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.132	119.606
7.08.01	Pessoal	62.774	66.941
7.08.01.01	Remuneração Direta	58.402	59.032
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.372	7.909
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.948	44.597
7.08.02.01	Federais	32.613	37.475
7.08.02.02	Estaduais	0	73
7.08.02.03	Municipais	6.335	7.049
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-16.938	-17.679
7.08.03.01	Juros	900	1.336
7.08.03.02	Aluguéis	642	512
7.08.03.03	Outras	-18.480	-19.527
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-18.480	-19.527
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.652	25.747
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.652	25.747

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.137.261	1.152.172
1.01	Ativo Circulante	190.188	244.690
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	53.637	80.708
1.01.03	Contas a Receber	19.443	68.733
1.01.03.01	Clientes	12.690	18.969
1.01.03.01.01	Revendedores	11.134	17.477
1.01.03.01.02	Consumidores	1.556	1.492
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.753	49.764
1.01.03.02.01	Renda da Prestação de Serviços	1.700	2.738
1.01.03.02.02	Valores a Receber	2.091	25.223
1.01.03.02.03	Serviços - Canal Pinheiros	2.962	21.803
1.01.04	Estoques	2.150	2.073
1.01.07	Despesas Antecipadas	265	101
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	114.693	93.075
1.01.08.03	Outros	114.693	93.075
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	11.801	15.507
1.01.08.03.02	Outros Créditos	5.771	8.762
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	256	645
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	69.599	42.866
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	27.266	25.295
1.02	Ativo Não Circulante	947.073	907.482
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	773.270	789.224
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	773.270	789.224
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	9.271	8.536
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	411.160	432.236
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	56.623	52.236
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	296.216	296.216
1.02.02	Investimentos	1.391	1.390
1.02.03	Imobilizado	171.804	116.465
1.02.04	Intangível	608	403
1.02.04.01	Intangíveis	608	403

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.137.261	1.152.172
2.01	Passivo Circulante	99.346	92.885
2.01.02	Fornecedores	14.368	6.631
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.368	6.631
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.475	4.240
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.982	3.837
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20	61
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	980	770
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	213	167
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.355	1.930
2.01.03.01.05	Outros	1.414	909
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	308	298
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	308	298
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	185	105
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.03.03.02	ISS	95	15
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.126	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.126	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.126	0
2.01.05	Outras Obrigações	65.602	82.014
2.01.05.02	Outros	65.602	82.014
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	87	1.509
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	16.373	15.154
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	7.680	9.529
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	172	177
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	30.581	20.980
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	0	19.803
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	10.709	14.862
2.01.06	Provisões	8.775	0
2.01.06.02	Outras Provisões	8.775	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.775	0
2.02	Passivo Não Circulante	301.784	294.948
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	91.889	67.815
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	91.889	67.815
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	91.889	67.815
2.02.02	Outras Obrigações	27.543	45.813
2.02.02.02	Outros	27.543	45.813
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	59	126
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	10.513	28.716
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	131.946	128.524
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	131.946	128.524
2.02.04	Provisões	50.406	52.796
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48.943	34.971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	28.589	29.989

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	20.354	4.982
2.02.04.02	Outras Provisões	1.463	17.825
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.463	17.825
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	736.131	764.339
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	300	4.570
2.03.04.01	Reserva Legal	300	300
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	4.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.652	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	76.942	87.228

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	38.870	109.083	50.226	146.175
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.552	-163.720	-66.230	-165.301
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 28)	-53.552	-163.720	-66.230	-165.301
3.03	Resultado Bruto	-14.682	-54.637	-16.004	-19.126
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	0	1.391	3.559	3.588
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.391	3.559	3.588
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-14.682	-53.246	-12.445	-15.538
3.06	Resultado Financeiro	8.637	45.773	17.513	49.798
3.06.01	Receitas Financeiras	2.640	50.025	22.487	60.454
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 29)	9.944	28.940	9.757	29.713
3.06.01.02	Variações Monetárias Ativas (Nota 29)	-7.304	21.085	12.730	30.741
3.06.02	Despesas Financeiras	5.997	-4.252	-4.974	-10.656
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 29)	-1.045	-1.647	-315	-1.339
3.06.02.02	Variações Monetárias Passivas (Nota 29)	7.042	-2.605	-4.659	-9.317
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.045	-7.473	5.068	34.260
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.003	-6.179	-7.394	-8.513
3.08.01	Corrente	0	-2.757	-158	-3.270
3.08.02	Diferido	-3.003	-3.422	-7.236	-5.243
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.048	-13.652	-2.326	25.747
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-9.048	-13.652	-2.326	25.747
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.048	-13.652	-2.326	25.747
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	-0,25409	-0,38337	-0,06531	0,72302
3.99.01.02	ON	-0,23099	-0,34852	-0,05937	0,65729
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	-0,25409	-0,38337	-0,06531	0,72302
3.99.02.02	ON	-0,23099	-0,34852	-0,05937	0,65729

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-9.048	-13.652	-2.326	25.747
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.395	-10.286	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-11.443	-23.938	-2.326	25.747
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-11.443	-23.938	-2.326	25.747

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.824	-28.041
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.487	-28.766
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-13.652	25.747
6.01.01.02	Depreciação	16.004	14.949
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-32.003	-44.911
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-1.230	-3.560
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.422	5.243
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	0	4.135
6.01.01.07	Constituição (Reversão) de prov. p/ custos socioambientais	0	-32.833
6.01.01.08	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	23.026	6.793
6.01.01.09	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-9.054	-4.329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	27.624	-14.417
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	6.343	-1.675
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	-64	983
6.01.02.03	Valores a receber - Energia livre	-2.104	0
6.01.02.04	Energia de curto prazo - CCEE	0	558
6.01.02.05	Serviços emergenciais - Canal Pinheiros	18.841	0
6.01.02.06	Valores a receber - DAEE	24.849	0
6.01.02.07	Renda da prestação de serviços	1.038	2.174
6.01.02.08	Tributos e contribuições compensáveis	3.706	-381
6.01.02.09	Estoques	-77	147
6.01.02.10	Despesas antecipadas	-164	43
6.01.02.11	Ativo financeiro indenizável	-3.578	0
6.01.02.12	Outros créditos	5.095	-4.889
6.01.02.13	Cauções e depósitos vinculados	-2.706	-5.395
6.01.02.14	Fornecedores	7.737	7.518
6.01.02.15	Folha de pagamento	-360	490
6.01.02.16	Obrigações estimadas - folha de pagamento	1.579	1.591
6.01.02.17	Tributos e contribuições sociais	168	-359
6.01.02.18	Entidade de previdência a empregados	-23.243	-16.175
6.01.02.19	Taxas regulamentares	-1.849	953
6.01.02.20	Compromissos ambientais	-7.587	0
6.01.03	Outros	-23.961	15.142
6.01.03.01	Encargos de uso da rede elétrica	-5	-475
6.01.03.02	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-1.419
6.01.03.03	Depósitos vinculados	-19.803	15.555
6.01.03.04	Outos passivos	-4.153	1.481
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.121	30.887
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	1.703	2.917
6.02.02	Adições ao imobilizado	-72.357	-48.767
6.02.03	Recebimento pela UTE Piratininga	35.533	38.703
6.02.04	Indenização Porto Góes	0	37.690
6.02.05	Baixa do ativo imobilizado	0	344
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	17.874	16.595
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	23.566	16.595

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.03.02	Dividendos pagos	-5.692	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.071	19.441
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.708	56.502
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53.637	75.943

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339	0	764.339
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	4.570	0	87.228	764.339	0	764.339
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.270	0	0	-4.270	0	-4.270
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-4.270	0	0	-4.270	0	-4.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.652	-10.286	-23.938	0	-23.938
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.652	0	-13.652	0	-13.652
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.286	-10.286	0	-10.286
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-10.286	-10.286	0	-10.286
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	300	-13.652	76.942	736.131	0	736.131

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-25.909	0	646.632	0	646.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-25.909	0	646.632	0	646.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.747	0	25.747	0	25.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.747	0	25.747	0	25.747
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	-162	0	672.379	0	672.379

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	195.624	231.473
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	125.446	167.669
7.01.02	Outras Receitas	1.391	36.421
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	72.356	31.518
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.569	-4.135
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-133.155	-121.058
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-133.155	-121.058
7.03	Valor Adicionado Bruto	62.469	110.415
7.04	Retenções	-16.004	-14.949
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.004	-14.949
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.465	95.466
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.779	24.470
7.06.02	Receitas Financeiras	28.201	29.713
7.06.03	Outros	-3.422	-5.243
7.06.03.01	I.R. e C.S. diferidos	-3.422	-5.243
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.244	119.936
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.244	119.936
7.08.01	Pessoal	62.774	66.941
7.08.01.01	Remuneração Direta	58.402	59.032
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.372	7.909
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.060	44.924
7.08.02.01	Federais	32.725	37.802
7.08.02.02	Estaduais	0	73
7.08.02.03	Municipais	6.335	7.049
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-16.938	-17.676
7.08.03.01	Juros	900	1.339
7.08.03.02	Aluguéis	642	512
7.08.03.03	Outras	-18.480	-19.527
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-18.480	-19.527
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.652	25.747
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.652	25.747

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO DO TRIMESTRE

Comparando-se o Resultado do Serviço, apurado antes dos reflexos decorrentes das apropriações das Provisões para Contingências, verifica-se melhora no desempenho operacional da EMAE em relação ao mesmo período do exercício anterior, pela redução do déficit operacional da ordem de R\$ 9 milhões.

Essa redução ocorre mesmo com a EMAE aplicando mais recursos diretamente na manutenção e operação (O&M) do seu parque gerador, buscando suprir necessidades represadas. No acumulado até setembro de 2013 a Empresa alocou R\$ 14 milhões em serviços de terceiros relacionados à O&M e, em 2014, R\$ 18 milhões.

Outros fatores importantes que contribuíram para essa melhora:

- o resultado líquido verificado, exclusivamente, nas transações com energia elétrica, principal objeto social da Empresa, cresceu 22,9%.
- redução de 7,7% no total dos gastos com Pessoal, reflexo da diminuição do quadro de empregados, passando de 550 em setembro de 2013 para 506 em setembro de 2014.

Após as apropriações das Provisões para Contingências o déficit no Resultado do Serviço apresenta-se superior ao de 2013, devido à reversão de R\$ 32 milhões na provisão para contingências ambientais (remoção do lodo da flotação) efetuada naquele período, aliado, ainda, aos ajustes efetuados nas provisões para contingências de ações cíveis em 2014 de R\$ 14 milhões, relativas à decisão desfavorável a EMAE (e outras Geradoras) em processo oriundo do racionamento de energia que ocorreu em 2001.

Relativamente ao Lucro/Prejuízo apurados nos finais dos períodos comparativos, merece destaque:

- a redução do IGP-M no período comparativo (3,70% - set/13 para 1,75% - set/14) impactou em R\$ 8,5 milhões, diminuindo a variação monetária (Receita) do contrato de arrendamento da UTP.
- Em contrapartida, a redução do IGP-DI (4,62% - set/13 para 1,62% - set/14), impactou positivamente a variação monetária (Despesa) do contrato de dívida com a Fundação CESP, diminuindo-a em R\$ 5,8 milhões.
- Por último, podemos constatar que, excluindo os efeitos das provisões para contingências, a EMAE apuraria, em setembro de 2014, um lucro de R\$ 320 mil em contrapartida a um prejuízo de R\$ 4,6 milhões em setembro de 2013, sinalizando, dessa forma, os reflexos positivos das ações empresariais na busca de melhores resultados.

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAE”, ou “Companhia”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 22/12/2010, a Companhia constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora Energia a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada, cujas obras estão em andamento, com previsão de entrar em operação no último trimestre de 2014.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória – MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as empresas com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao sistema interligado nacional-SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração-RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

Notas Explicativas

Os valores das cotas alocados para a EMAE representam a Receita Anual de Geração, que são mensalmente contabilizados e recebidos em 1/12 avos. A Receita Anual de Geração foi calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, com eficácia a partir de 01/01/2013 e prazo de vigência de 30 (trinta) anos, introduziu a Receita Anual de Geração – RAG, cujo valor corresponde a remuneração pela disponibilização de potência e garantia física de energia, em regime de cotas, para cada uma das usinas hidroelétricas.

Conforme a Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Também de acordo com a Subcláusula Décima Segunda da mesma, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH, serão cobrados pela ANEEL e serão ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidas por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, para o caso do Consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e o resultado da Controladora em suas informações financeiras individuais. Assim sendo, as informações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada e as informações financeiras da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de informações financeiras.

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em 31/10/2014.

Notas Explicativas

2.2 Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo.

2.3 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.4 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As informações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

2.5 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas, a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o Diretor-Presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas.

Notas Explicativas

2.6 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às informações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2013, disponíveis no site da Companhia, exceto pela retificação de erro descrita na nota 3 a seguir.

3. Reclassificações às demonstrações financeiras por retificação de erro

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente emitidas em 20 de março de 2014, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o IAS 8/ CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, por não apresentar os valores decorrentes dos ativos reversíveis da concessão e o ativo financeiro da concessão em conformidade com a renovação do contrato de concessão em 2012, estando essas demonstrações financeiras citadas anteriormente em não conformidade com as IFRS e as práticas adotadas no Brasil. Conseqüentemente, em 30 de junho de 2014, a Companhia reavaliou suas políticas e passou a adotar o ICPC 01/ IFRIC 12 – Contratos de concessão, e com base no Decreto nº 7.850 de 30 de novembro de 2012, a Companhia reclassificou uma parcela do seu ativo imobilizado para o ativo reversível da concessão e outra parcela do ativo imobilizado para o ativo financeiro da concessão. Conseqüentemente as informações financeiras de períodos anteriores apresentadas para fins de comparação foram corrigidas.

Abaixo, demonstramos a reconciliação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentado, comparado ao balanço patrimonial ora apresentado:

	Controladora		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante	229.137	(2.923)	226.214
Ativo Não Circulante	853.453	-	856.376
Ativo financeiro da concessão	-	52.236	52.236
Ativo reversível da concessão	-	296.216	296.216
Imobilizado	383.629	345.529	38.100
Outros ativos não circulantes	469.824	-	469.824
Total ativo	1.082.590		1.082.590
	Consolidado		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante	266.015	(21.323)	244.692
Ativo Não Circulante	886.157	-	907.480
Ativo financeiro da concessão	-	52.236	52.236
Ativo reversível da concessão	-	296.216	296.216
Imobilizado	443.592	327.129	116.463
Outros ativos não circulantes	442.565	-	442.565
Total ativo	1.152.172		1.152.172

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Caixa e bancos conta movimento.....	2.330	93	2.330	93
Aplicações financeiras (a).....	47.245	61.975	51.307	80.615
	<u>49.575</u>	<u>62.068</u>	<u>53.637</u>	<u>80.708</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou em 30 de setembro de 2014 0,780% e em 31 de dezembro de 2013 0,4813 % ao mês.

5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores.....	11.134	17.477
b) Fornecimento		
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	1.556	1.492

6. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 4.144 (nota 12) (R\$ 2.040 em 31 de dezembro de 2013).

7. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 9 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora e Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Circulante		
Contrato.....	2.091	25.223

Notas Explicativas

8. SERVIÇOS CANAL PINHEIROS

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 30 de setembro de 2014, o saldo a receber é de R\$ 2.962 (R\$ 21.803 em 31 de dezembro de 2013).

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Circulante				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	1.615	1.572	1.820	1.641
Imposto de renda a compensar (b).....	3.285	7.657	3.285	7.657
Contribuição social a compensar (b).....	3.384	3.384	3.384	3.384
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	2.481	2.120	2.481	2.120
Imposto sobre serviços a compensar (d).....	400	400	400	400
INSS a compensar (d).....	153	160	153	160
Outros.....	278	145	278	145
	<u>11.596</u>	<u>15.438</u>	<u>11.801</u>	<u>15.507</u>

- (a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras;
- (b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil;
- (c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício;
- (d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

10. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoeletrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE, sua subsidiária integral.

Notas Explicativas

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o CPC 06, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Informações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento.

O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.09.14
	Saldo 31.12.13	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	42.866	41.465	20.801	(35.533)	69.599
Não Circulante.....	432.236	(41.465)	20.389	-	411.160
	475.102	-	41.190	(35.533)	480.759

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(165.719)	(186.520)
Varição monetária.....	257.620	237.231
Recebimentos.....	(376.142)	(340.609)
	480.759	475.102

Notas Explicativas

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Circulante	
De 2014 a Setembro 2015.....	69.599
Não circulante	
De Outubro de 2015 até 2019.....	163.027
De 2020 até 2024.....	248.133
	<u>411.160</u>
Total	<u>480.759</u>

11. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Circulante				
Serviços em curso (1).....	4.499	4.411	4.499	4.411
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(12.796)	(11.331)	(12.796)	(13.371)
Bens destinados a conserto (2).....	9.550	8.943	9.550	8.943
Outros créditos (3).....	4.518	6.971	4.518	6.739
	<u>5.771</u>	<u>8.994</u>	<u>5.771</u>	<u>6.722</u>

- 1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- 2 – Referem-se a saídas de bens que se encontram em estabelecimento de terceiro para conserto;
- 3 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

12. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 16.940 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 13.371 em 31 de dezembro de 2013).

AGING LIST - RECEBÍVEIS

RUBRICA	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	180 DIAS	+ 180 DIAS	TOTAL
Aluguéis (a).....	-	-	-	-	771	771
Clientes (b).....	-	-	-	-	402	402
Empregados cedidos (c).....	-	292	543	474	8.132	9.441
Multa contratual (d).....	-	-	-	-	977	977
Prestação de Serviços - O&M (f).....	36	630	249	290	-	1.205
TOTAL.....	<u>36</u>	<u>922</u>	<u>792</u>	<u>764</u>	<u>10.282</u>	<u>12.796</u>

- (a) Aluguel de imóvel a terceiros;
- (b) Recuperação judicial da Distribuidora CELPA (pago 11 das 60 parcelas, referente a liquidação das faturas do CCEAR de janeiro e fevereiro de 2012);
- (c) Empregados cedidos, passíveis de reembolso (em negociação);
- (d) Multas aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais (cobrança judicial);
- (e) Valores determinados pela ANEEL da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a serem ressarcidos por distribuidoras para cobrir gastos ocorridos durante o apagão de 2001 com energia térmica (pagamento “sub-judice”);

Notas Explicativas

- (f) Refere-se a valor não recebido pela prestação de serviços de O&M da UTE Piratininga, de propriedade da Petrobrás.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

13.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	(7.585)	33.933	(7.473)	34.260	(7.585)	33.933	(7.473)	34.260
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	1.896	(8.483)	1.868	(8.565)	683	(3.054)	673	(3.083)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(3.907)	(2.464)	(3.907)	(2.464)	(1.407)	(887)	(1.407)	(887)
Outros.....	5.245	34	5.245	34	1.507	(387)	1.507	(387)
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	(1.736)	7.761	(1.736)	7.761	(625)	2.794	(625)	2.794
Outros (PAT, incentivos).....	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	(5.835)	(2.734)	(5.888)	(2.888)	(1.888)	(766)	(1.909)	(828)
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(4.337)	(5.886)	(4.418)	(6.122)	(1.730)	(2.300)	(1.761)	(2.391)
Corrente.....	(1.821)	(2.031)	(1.902)	(2.267)	(824)	(912)	(855)	(1.003)
Diferido.....	(2.516)	(3.855)	(2.516)	(3.855)	(906)	(1.388)	(906)	(1.388)
Alíquota efetiva.....	57%	17%	59%	18%	23%	7%	24%	7%

13.2 Composição dos saldos – Parte B do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2013 (a).....	57.682	57.682	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014 (b)....	65.944	64.446	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2014 (c).....	1.736	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	97.019	94.503
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2013 (a).....	20.766	20.766	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014 (b)....	18.190	18.032	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2014 (c).....	625	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	34.927	34.021
	164.943	160.926	131.946	128.524
Provisão para créditos tributários (e).....	(164.943)	(160.926)	-	-
	-	-	131.946	128.524

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2013, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social;
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014;
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis;
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (nota 10);
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

Notas Explicativas

14. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Circulante		
Depósitos vinculados (a).....	27.266	25.295
Não circulante		
Depósitos judiciais (b).....	9.271	8.536
	36.537	33.831

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 539 (R\$ 7.619 em 31 de dezembro de 2013) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 26.727 (R\$ 17.676 em 31 de dezembro de 2013) de outros depósitos vinculados;
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais;

15. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
		(Reapresentado)
Ativo financeiro indenizável	56.623	52.236
	56.623	52.236

São classificados nesta conta os investimentos em infraestrutura de geração após 31 de dezembro de 2012 data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação abaixo citada os mesmos deverão ser recuperados a partir da próxima revisão tarifária no estabelecimento de uma nova RAG.

Os serviços públicos de geração de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União. Esse contrato de concessão estabelece os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

A Companhia realizou o cálculo para determinar a nova estimativa de valor dos investimentos para avaliação e incorporação desses ativos no processo de revisão tarifária subsequente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL.

Notas Explicativas

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. A ICPC 01 (R1) indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada de investimentos realizados após a renovação da concessão em 2012 classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL.

As infraestruturas construídas após a renovação da concessão que estavam classificadas como ativos imobilizados serão recuperadas por meio da Receita Anual de Geração - RAG. A RAG é definida pelo poder concedente e homologada pela ANEEL e será reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2014, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula descrita na nota explicativa nº 31 – (a.8) Risco de Preço.

A cada 5 (cinco) anos a ANEEL procederá à revisão da RAG e do Fator X, que não incluirá os índices de indisponibilidade, a fim de reavaliar os custos eficientes para a prestação do serviço concedido, estimular ganhos de produtividade e considerar investimentos prudentes, conforme regulamentação, sendo que a primeira revisão tarifária será procedida em 1º de julho de 2018 e considerará as informações apresentadas pela Companhia nos termos do art. 15 § 6º, da lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. As revisões subseqüentes serão realizadas a cada 5 (cinco) anos após a primeira revisão e para os reajustes anuais que antecederam à primeira revisão, o valor do Fator X, será zero.

A Administração da Companhia informa que os investimentos feitos após a renovação contratual foram de caráter prudencial porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL.

Em 3 de julho de 2014, foi aberta para contribuições a Audiência Pública 031/2014 da ANEEL, essa fase de comentários termina em 31 de agosto de 2014. O objeto da Audiência Pública 031/2014 é obter subsídios para o aprimoramento da proposta de Regulamentação do § 6º do art. 1º da Lei 12.783/2013 que trata da realização de investimentos que serão considerados nas tarifas, com vistas a manter a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas. Ainda não houve regulamentação pela ANEEL sobre o tema.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável em 31 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2014:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-
Transferência do ativo imobilizado (Nota 19)	52.236
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (reclassificado)	52.236
Adições	4.636
Baixas	(249)
Saldo em 30 de setembro de 2014	56.623

16. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
	(Reapresentado)	
Ativo reversível da concessão	296.216	296.216
	296.216	296.216

Notas Explicativas

Esse ativo refere-se aos ativos reversíveis, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo poder concedente, após fiscalização e definição dos valores com base na VNR pela ANEEL, nos termos do com o art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013:

“Art. 2º - Deverão ser submetidas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL até 31 de dezembro de 2013, na forma definida pela Agência, as informações complementares, excetuando o projeto básico do empreendimento previsto no art, 10 do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, necessárias para o cálculo da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, dos empreendimentos de geração.

§ 1º A ANEEL fiscalizará os valores de que trata este artigo, com vistas, a critério do poder concedente, à indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso incorporados quando dos processos tarifários”.

Com base nesse Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa a investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012 visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Essa manifestação foi feita em conformidade com o art. 4º da Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo:

“Art. 4º As concessionárias alcançadas por esta resolução deverão, até 31 de dezembro de 2013, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados.

§ 1º A concessionária que manifestar interesse, nos termos do caput, deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do protocolo da manifestação, comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º desta resolução.”

A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação de investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 296.216 a valor líquido contábil. Os bens reversíveis conforme acima apurados pela administração são conforme segue:

	<u>31/12/2013</u>
Complexo UHE Henry Borden	202.998
Usina Porto Góes	7.065
Usina Rasgão	6.255
Usina Edgar de Souza	77.844
Usina Isabel	2.054
	<u>296.216</u>

A Administração da Companhia informa que até 30.09.2014 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados tampouco não há indicações de perdas de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia.

Notas Explicativas

17. IMOBILIZADO

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imobilizado em serviço (i)	170.210	183.006	170.210	183.006
Redução ao valor recuperável - CPC 01	(141.250)	(144.905)	(141.250)	(144.905)
	28.960	38.101	28.960	38.101
Imobilizado em curso - PIRAPORA (ii)	-	-	142.844	78.364
	28.960	38.101	171.804	116.465

(i) Refere-se ao saldo remanescente dos ativos da Companhia não depreciados e que não serão indenizados pelo poder concedente. Esses ativos vem sendo depreciados pela taxa de depreciação definida pela ANEEL. Para suportar a realização desses ativos, a Administração da Companhia realizou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 um estudo de imparidade, conforme descrito no item 18.2. Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2014, a Administração da Companhia não identificou indicativos de imparidade que necessite a reavaliação do estudo de 31 de dezembro de 2013.

(ii) Referem-se aos investimentos realizados na subsidiária integral Pirapora, cujo início das operações está previsto para o último trimestre de 2014.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2014 está representada por:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em	Ativo reversível da concessão	Saldo em 31.12.12	Depreciação do período		Transferência para Ativo financeiro da concessão	Saldo em 31.12.13
		31.12.12	concessão	reapresentado	Adições	Baixas	concessão	reapresentado
Em serviço								
Terrenos.....		6.715	-	6.715	-	-	-	6.715
Reservatórios, Barragens e Aduas.....	1,0%	309.331	(166.877)	142.454	1	(3)	(13.354)	129.098
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias.....	0,8%	29.876	(12.056)	17.820	-	-	(1.230)	16.590
Máquinas e Equipamentos.....	1,2%	153.501	(117.284)	36.217	22	(3)	(10.688)	25.548
Veículos.....	4,1%	2.628	-	2.628	123	-	(691)	2.060
Móveis e Utensílios.....	0,3%	94	-	94	-	(4)	(19)	71
Subtotal.....		502.145	(296.217)	205.928	146	(10)	(25.982)	180.082
Em curso.....		42.711	-	42.711	9.865	(340)	-	42.236
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01..		(193.125)	-	(193.125)	-	41.903	6.317	(144.905)
Adiantamento a fornecedores.....		-	-	1.075	1.849	-	-	2.924
Total Controladora.....		351.731	(296.217)	56.589	11.860	41.553	(19.665)	38.101
Em curso.....		16.246	-	16.246	43.717	-	-	59.963
Adiantamento a fornecedores.....		-	-	-	18.401	-	-	18.401
Total Consolidado.....		367.977	(296.217)	72.835	73.978	41.553	(19.665)	116.465

Notas Explicativas

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em	Adições	Baixas	Depreciação do período	Saldo em
		31.12.13			30.09.14	
(reapresentado)						
Em serviço						
Terrenos.....		6.715	-	-	-	6.715
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	1,0%	129.098	-	-	(10.050)	119.048
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	0,8%	16.590	-	-	(896)	15.694
Máquinas e Equipamentos.....	1,2%	25.548	-	(1.180)	(8.030)	16.338
Veículos.....	4,1%	2.060	4	-	(507)	1.557
Móveis e Utensílios.....	0,3%	71	266	-	(9)	328
Subtotal.....		180.082	270	(1.180)	(19.492)	159.680
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01..		(144.905)	-	-	3.654	(141.251)
Adiantamento a fornecedores.....		2.924	7.607	-	-	10.531
Total Controladora.....		38.101	7.877	(1.180)	(15.838)	28.960
Adiantamento a fornecedores.....		18.401	22.093	-	-	40.494
Imobilizado em curso - PIRAPORA.....		59.963	42.387	-	-	102.350
Total Consolidado.....		116.465	50.264	(1.180)	(15.838)	171.804

Depreciação no resultado:

	30.09.14	30.09.13
Imobilizado.....	15.838	14.801
Intangível.....	166	148
	16.004	14.949

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

17.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (nota 10).

Conforme exposto no item 1.2, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004 – ANEEL, firmado em 4 de dezembro de 2012, entre a União e a EMAE, nos termos da MP nº 579, prorrogou por 30 anos as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usina Hidrelétrica	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos		Termo Final da Concessão
							Concessão	Prorrogação	
Rasgão*	22,000				2	Rio Tietê/Pirapora de Bom Jesus/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Henry Borden	889,000	2,460	7,864	10,130%	14	Rio das Pedras/Cubatão/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042
Porto Góes*	24,800				3	Rio Tietê/Salto/SP	Decreto nº 87.884, de 01/12/1982		30/11/2042

*Usinas não despachadas centralizadamente.

Notas Explicativas

17.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A EMAE em decorrência de reestruturação realizada, com impacto na redução de custos e conseqüente melhora no fluxo de caixa esperado para os próximos anos, além das variações exógenas com impacto na taxa de desconto a ser utilizada, efetuou, por meio de consultoria especializada, estudos para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos registrados em suas operações futuras.

Os resultados obtidos no teste de impairment, no exercício de 2013, foram:

UGC	Ativos Líquidos ao Final de 2013	Testes de Recuperabilidades Anteriores	Valor dos Ativos Testados - A	Fluxo de Caixa Futuro - B	Ativos + VP Fl.Cx Futuro C=(A+B)
U. Complexo Henry Borden	247.501	(137.785)	109.716	151.619	41.903
U. Rasgão	20.996	(22.452)	(1.456)	(23.106)	
U. Porto Goes	3.628	(3.968)	(340)	(2.139)	
U. Usina Vale	2.239	(2.373)	(134)	(4.959)	
TOTAL	274.364	(166.578)	107.786	121.415	41.903

As unidades geradoras de caixa Rasgão, Porto Góes e Usina Vale tiveram a totalidade de seus ativos considerados como não recuperáveis com base nos testes realizados nos exercícios de 2011 e 2012. Assim, houve a reversão de R\$ 41.903 referente a Unidade geradora de caixa Henry Borden em 31 de dezembro de 2013.

Os principais pontos considerados para o resultado apresentado são:

- As receitas esperadas das UGC's Rasgão, Porto Góes e Complexo Henry Borden em valor constante até 2042, de acordo com estabelecido no contrato de concessão;
- Receitas do arrendamento da Usina Termoelétrica de Piratininga e de prestação de serviços de Operação e Manutenção das Termoelétricas para a Baixada Santista Energia S.A.- BSE até o ano de 2024;
- Os custos, refletindo ações administrativas efetuadas em 2013 e em andamento, foram mantidos constantes, com exceção de ajustes decorrentes da diminuição ainda a ocorrer na folha de pagamento por aposentadorias, da redução de custos a partir de 2025 referente ao término do contrato de arrendamento e de serviços prestados à BSE e de reduções adicionais esperados de 4% dos custos para os anos de 2014 e 2015;
- Ativos testados estão líquidos dos valores passíveis de ressarcimento pelo Poder Concedente;
- Taxa de desconto de 6,32%, obtido do custo médio ponderado de capital real contemplando o recente aumento na taxa livre de risco.

18. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Circulante		
Folha de pagamento.....	3.804	4.164
Provisão de férias, 13º salário e gratificação de férias.....	9.104	6.096
Encargos sociais sobre férias e 13º salário.....	3.465	4.894
	<u>16.373</u>	<u>15.154</u>

Notas Explicativas

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Circulante				
COFINS s/ receitas.....	980	770	980	770
PIS s/ receitas.....	213	167	213	167
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	308	298	308	298
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	1.307	1.930	1.355	1.930
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher.....	-	-	20	61
IPTU - REFIS (1).....	90	90	90	90
ISS.....	73	-	95	15
Outros.....	1.404	823	1.414	909
	<u>4.375</u>	<u>4.078</u>	<u>4.475</u>	<u>4.240</u>
Não circulante				
IPTU - REFIS (1).....	59	126	59	126
	<u>59</u>	<u>126</u>	<u>59</u>	<u>126</u>
	<u>4.434</u>	<u>4.204</u>	<u>4.534</u>	<u>4.366</u>

(1) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008;

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000. Tal valor representa 80% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Até o período findo em 30 de setembro de 2014 foi recebido o montante de R\$ 87.815 correspondente a 90% do total a receber. Em 30 de setembro de 2014, o valor total atualizado do financiamento era de R\$ 98.015, sendo R\$ 6.125 classificados como passivo de curto prazo e R\$ 91.888 como passivo não circulante (R\$ 67.815 em 31 de dezembro de 2013).

O vencimento será em 15/09/2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos. Em 30 de setembro de 2014, a Companhia atendeu plenamente os *covenants qualitativos*.

Os *covenants* quantitativos serão calculados anualmente a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme previsto no contrato de financiamento da controlada Pirapora Energia S.A. Anualmente, a controlada precisa apresentar os seguintes índices ao BNDES:

1) ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

A controlada deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme demonstrado abaixo:

A) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef

(+) EBITDA do ARef, calculado de acordo com o item (D)

(-) Despesa de imposto de renda e contribuição social apurado no exercício, líquidos de diferimento.

B) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef

(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Amortização de Principal realizada no ARef exceto referente ao “Subcrédito Social”

Notas Explicativas

(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Juros no ARef exceto os referentes ao "Subcrédito Social".

C) ÍNDICE DE COBERTURA NO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef
(A) / (B)

D) EBITDA DO ARef

(+) Lucro Bruto

(-) Despesas Administrativas e Comerciais

(+) Despesas de depreciações, amortizações e exaustão

2) ICP – Índice de Capitalização Próprio

A controlada deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de, igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

21. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	Controladora e consolidado			
		30.09.14		31.12.13	
		Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	30.581	115.841	146.422	155.024
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(105.328)	(105.328)	(105.328)
		<u>30.581</u>	<u>10.513</u>	<u>41.094</u>	<u>49.696</u>

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 30 de setembro de 2014 está representada por:

	Controladora e consolidado				
	31.12.13	30.09.14			
		Amortização	Despesa	CPC 33 (R1)	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	<u>49.696</u>	<u>(23.243)</u>	<u>4.355</u>	<u>10.286</u>	<u>41.094</u>

	Controladora e Consolidado	
	30.09.14	30.09.13
No resultado:		
Plano BSPS.....	(2.991)	(8.122)
Plano BD.....	(1.364)	(3.464)
Plano CV.....	-	(248)
	<u>(4.355)</u>	<u>(11.834)</u>

21.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Notas Explicativas

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a Companhia oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

21.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 30 de setembro de 2014, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Notas Explicativas

22. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora e Consolidado	
	30.09.14	31.12.13
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2010 (1).....	341	597
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	706	1.639
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	40	25
Quota para P&D - FNDCT (3).....	105	121
Quota para P&D - EPE (3).....	53	61
P&D - Recursos para projetos (3).....	6.435	7.086
	<u>7.680</u>	<u>9.529</u>
Não circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2011 (2).....	769	769
	<u>8.449</u>	<u>10.298</u>

(1) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012, com término em janeiro de 2013;

(2) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL;

(3) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Companhia em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

23. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 24.

Em 2014 a companhia efetuou contrato com duas empresas sendo com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo CEAP – FSP no valor de R\$ 1.280 e com a empresa Enfil S/A Controle Ambiental no valor de R\$ 11.845, totalizando um valor de R\$ 13.125. Esses contratos foram firmados para a remoção do lodo que se encontra-se no canal do rio pinheiros. Dessa forma a companhia realizou a reversão de 4.7 milhões sobre a provisão inicial de R\$ 17 e durante o exercício de 2014 houve alguns pagamentos para esse fornecedores conforme demonstrado no mapa de movimentação abaixo:

	Controladora e Consolidado				30.09.14
	31.12.13				
Circulante e Não Circulante	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Compromissos socioambientais.....	<u>17.825</u>	<u>-</u>	<u>(4.700)</u>	<u>(2.887)</u>	<u>10.238</u>

Notas Explicativas

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.13		30.09.14		
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	18.241	1.417	-	-	19.658
Diversas.....	11.748	842	(3.659)	-	8.931
	<u>29.989</u>	<u>2.259</u>	<u>(3.659)</u>	<u>-</u>	<u>28.589</u>
Cíveis.....	4.982	15.372	-	-	20.354
	<u>4.982</u>	<u>15.372</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.354</u>
	<u>34.971</u>	<u>17.631</u>	<u>(3.659)</u>	<u>-</u>	<u>48.943</u>

Periculosidade – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999.

Ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários, como substituto processual, na data de 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo registrado sob o nº 01767006319995020039 – 39ª Vara, tendo, por objeto, a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos 1008 (hum mil e oito) empregados, então existentes nos quadros da Companhia. A ação fora julgada procedente apenas para 104 empregados do quadro da Companhia. Da referida decisão, foram interpostos Recursos Ordinários pela Companhia e pelo Sindicato autor, tendo sido, porém, mantida a decisão de origem pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Foi interposto recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, encontrando-se o processo ainda pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento. A execução da condenação, conforme determinado em sentença, deverá ser realizada por meio de “liquidação por artigos”, que exigirá a realização de perícia complementar, ainda sem data designada. O valor patrimonial da mencionada condenação é de R\$ 19.658 (R\$ 18.241 em 31 de dezembro de 2013), sendo, a referida ação, classificada como perda provável pelos nossos assessores jurídicos.

Diversas – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Cíveis – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

Em 2014, a Companhia reconheceu provisão referente ao processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Notas Explicativas

Distribuída a ação visando afastar a obrigatoriedade do Despacho nº 288/2002 da ANEEL, foi deferida a liminar para a ANEEL abster-se de impor à AES SUL os efeitos com relação ao desfazimento do balanço financeiro, determinando ainda, que fosse diligenciado junto ao MAE, a fim de comunicar a contabilização, em seu favor, do resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Posteriormente a liminar foi revogada e os autos redistribuídos ao Juízo da 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, em 25 de outubro de 2002, restabeleceu os efeitos da tutela antecipada, decisão objeto de agravo de instrumento interposto pela ANEEL, ao qual foi negado provimento. Em 10 de outubro de 2008, para cumprimento da liminar deferindo a antecipação de tutela, foi determinada a expedição de mandado de intimação para que as demais operadoras do sistema de energia elétrica despendessem a quantia exigida ainda que não fossem partes na demanda. Após inúmeros incidentes processuais, foi reconsiderada em parte a antecipação de tutela concedida para tornar sem efeito, no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar em favor da AES SUL o resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo de 31 de dezembro de 2001, afastando a obrigação de as litisconsortes passivas necessárias depositarem os valores constantes do mapa juntado aos autos. Em 25 de novembro de 2009, foi protocolada contestação, pela EMAE e, em 08 de março de 2010, foi protocolada petição requerendo o julgamento antecipado da lide.

Em 1º de julho de 2011, foi publicada decisão: “A decisão de fl. 7032 foi proferida em razão da inspeção ordinária e por tratar-se de feito da Meta-2, e, ainda, pela ausência, por noventa (90) dias, do eminente juiz substituto. Não há, na capa dos autos, anotação do impedimento do juiz titular, por isso que, inadvertidamente, foi proferida a referida decisão, que ora revogo.(...)”

Em 09 de dezembro de 2011, foi publicado o seguinte despacho: “Indefiro a produção da prova testemunhal... Defiro a prova documental e indefiro a prova pericial... Defiro a prova documental suplementar...”

Em 05 de abril de 2012, foi protocolada petição informando que não há novas provas a serem produzidas.

Em 28 de junho de 2012, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico sentença julgando improcedentes os pedidos, ensejando a interposição de recurso de apelação pela Aneel.

Em 31 de agosto de 2012, foi protocolada, pela EMAE, contrarrazões ao recurso de apelação.

Em 09 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, essa decisão em segunda instância fez a Companhia e seus assessores jurídicos revisarem a estimativa em relação a probabilidade de perda do processo, que passou a ser considerada como perda provável desde o primeiro trimestre de 2014.

Depósitos judiciais – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Notas Explicativas

Os riscos trabalhistas e cíveis em 30 de setembro de 2014, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	Provável		Possível		Remota	
	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
Administrativo.....	-	-	398	326	2.698	2.402
Ambiental.....	-	-	47.958	32.833	-	-
Cível.....	20.354	4.982	13.663	22.994	6.530	5.059
Trabalhista.....	28.589	29.989	12.134	10.701	28.581	23.937
Tributária.....	-	-	-	-	809	812
	<u>48.943</u>	<u>34.971</u>	<u>74.153</u>	<u>66.854</u>	<u>38.618</u>	<u>32.210</u>

Contingências Possíveis

Ambiental

Referente a obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função de prazo adicional de 24 meses concedido pelo Ministério Público.

As partes até então litigantes, em 27 de junho de 2007, se compuseram amigavelmente objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado, tornasse possível a implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m³/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Em razão do acordo celebrado entre as partes, a Egrégia Câmara Especializada do Meio Ambiente, em 30 de julho de 2007, homologou a transação realizada pelas partes, para que produzisse seus regulares efeitos.

Contudo, através de petição protocolada em 12 de abril de 2012, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no importe de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior.

Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido. Em 31 de março de 2013, a Companhia reavaliou a estimativa de perda do referido processo e passou a avaliar esse processo com probabilidade de perda possível para o desembolso da multa no montante de R\$ 32.833. Em 31 de março de 2013, a Companhia reverteu a provisão referente ao processo em decorrência da mudança da estimativa da probabilidade de perda de provável para possível.

Em 1º de julho de 2014, foi publicado despacho determinando que a Companhia apresente em 60 dias a realização de inspeções periódicas dos atos praticados no cumprimento do acordo (prazo em andamento aguardando cumprimento pela Companhia). A companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de setembro de 2014 sendo o total da causa de R\$ 47.958.

Trabalhista e Cível

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

Notas Explicativas

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

25.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 616 (R\$ 644 em 31 de dezembro de 2013) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

25.2 Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações – DAEE

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 2.091 (R\$ 25.223 em 31 de dezembro de 2013).

25.3 Compra de energia elétrica da CESP

Em 17 de janeiro de 2013, para cumprir compromissos firmados com consumidores livres e comercializadores de energia, a Companhia realizou leilão de compra de 80 MW médios de energia elétrica durante o ano de 2013. A CESP foi contratada pelo preço de R\$ 134,00 / MWh. (R\$ 84.513). O valor refere a energia contratadas até 31 de dezembro de 2013.

25.4 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A Companhia é sucessora da Light, Companhia responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à Companhia de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidroelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela Companhia ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à Companhia de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Notas Explicativas

Em 02/12/2010, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a Companhia solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.307, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da Companhia encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ou a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendesse cabíveis a tal desiderato.

Em 21/05/2012, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP contra notificou a Companhia alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à Companhia estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo – DAEE; (b) a legislação brasileira prestigiou o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings, (e) as ações da Companhia na Bolsa de Valores já refletem tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Companhia em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da Companhia não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a Companhia propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a Companhia propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com o ente antecessor da SABESP para tratar da compensação relacionada às captações realizadas no Reservatório Guarapiranga, a qual foi distribuída à 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100.

Em 28/02/2013, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da Companhia e determinando providências para o imediato início da arbitragem, quais sejam a nomeação do árbitro que julgaria o procedimento arbitral a ser instaurado (Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro) e indicando as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio para o Brasil – São Paulo (“AMCHAM”). Contra a sentença, a SABESP interpôs recurso de apelação, recebido apenas no efeito devolutivo.

Em 07/03/2013, a Companhia recolheu a taxa de registro do pedido de arbitragem para apresentar o requerimento de instauração da arbitragem perante a AMCHAM e manifestar-se favoravelmente em relação ao árbitro indicado nos termos da sentença proferida na ação que moveu contra a SABESP.

Notas Explicativas

Em 30/04/2013, a Companhia apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM ("Procedimento Arbitral").

Em 04/07/2013, a 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por seu relator, deferiu o pedido de efeito suspensivo até o julgamento definitivo do recurso de Agravo de Instrumento nº 0129811-62.2013.8.26.0000, interposto pela Sabesp contra a decisão que havia recebido apenas no efeito devolutivo seu recurso de apelação interposto contra a sentença da ação de instituição de compromisso arbitral.

Em 31/07/2013, a AMCHAM comunicou a Companhia da suspensão do Procedimento Arbitral até a publicação da decisão final do Agravo de Instrumento interposto pela SABESP para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

Em 04/09/2013, a Companhia protocolizou a petição inicial da ação judicial visando a compensação das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings ("Ação Billings"), autuada sob o nº 1064876-84.2013.8.26.0100 e distribuída à 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo – SP.

Em 07/10/2013, foi publicada decisão em que o Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central determinou a remessa dos autos da Ação Billings para a 5ª Vara Cível daquele mesmo foro, por entender haver identidade de partes e causa de pedir com o processo nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em trâmite perante a 5ª Vara Cível daquele mesmo Foro.

Em 09/10/2013, a Sabesp protocolizou sua contestação nos autos da Ação Billings.

Em 15/10/2013, a Sabesp interpôs o Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000, distribuído à 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, contra a decisão que determinou a remessa dos autos da Ação Billings à 5ª Vara Cível do Foro Central. Em 18/10/2013, a 36ª Câmara de Direito Privado, por seu relator, proferiu decisão suspendendo a decisão da 6ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo até o julgamento final do Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000.

Em 23/10/2013, a 38ª Câmara de Direito Privado negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela SABESP para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral, de modo a permitir o prosseguimento do Procedimento Arbitral.

Em 26/11/2013, a Sabesp interpôs recurso especial contra o acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

Em 12/12/2013, a 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela SABESP contra a decisão que determinou a redistribuição dos autos da Ação de Billings para a 5ª Vara Cível.

Em 13/05/2014, foi proferida decisão negando seguimento ao recurso especial interposto pela Sabesp contra o acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

Em 16/07/2014, foi publicada decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela parcial realizado pela Companhia nos autos da Ação Billings (relacionado ao rateio imediato dos custos de operação e manutenção do Reservatório Guarapiranga) e determinando que a Companhia apresentasse réplica à contestação da SABESP.

Em 28/07/2014, apresentada réplica da Companhia nos autos da Ação Billings.

Notas Explicativas

Em razão do dever de sigilo a que se submetem as partes no Procedimento Arbitral, não puderam ser informados os andamentos do referido procedimento, que ainda aguarda julgamento. Aguarda-se, também, o prosseguimento da Ação Billings, com a eventual determinação de nova data de audiência para designação da perícia ou a intimação das partes para especificarem as provas a serem produzidas.

25.5 Remuneração do pessoal chave da administração

A Companhia possui partes relacionadas com as seguintes entidades: CESP – Companhia Energética de São Paulo; DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica; e SABESP – Serviço de Abastecimento do Estado de São Paulo, das quais, da administração, vinculam-se as seguintes pessoas chaves:

Categoria da Remuneração	Partes Relacionadas	
	CESP	DAEE
Benefícios de curto prazo.....	62	160

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 30 de setembro de 2014 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETOBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.264.433	10,18	2.264.433	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	521.500	2,34	521.500	1,41
Outros.....	-	-	2.775.162	12,48	2.775.162	7,51
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

26.2 Direitos das Ações

Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais tem:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;

Notas Explicativas

- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; e
- direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembleia geral.

26.3 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e consolidado			
	Acumulado		3º Trimestre	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	R\$ (13.652)	R\$ 25.747	R\$ (9.048)	R\$ (2.326)
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084	36.947.084	36.947.084
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído				
Ação Ordinária.....	R\$ (0,34852)	R\$ 0,65729	R\$ (0,23099)	R\$ (0,05937)
Ação Preferencial.....	R\$ (0,38337)	R\$ 0,72302	R\$ (0,25409)	R\$ (0,06531)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

27.1 Conciliação da receita operacional líquida para os trimestres findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	5.281	4.712
Cotas de energia elétrica.....	32.069	29.544
Suprimento de energia - comercializadores.....	-	14.544
Energia de curto prazo - CCEE.....	1.587	922
Renda da prestação de serviços.....	4.411	5.769
Outras receitas.....	401	1.375
	43.749	56.866
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(409)	(641)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(3.252)	(4.279)
PIS sobre receitas operacionais.....	(706)	(930)
ICMS sobre receitas operacionais.....	-	-
Imposto sobre serviços - ISS.....	(123)	(288)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(389)	(502)
	(4.879)	(6.640)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	38.870	50.226

Notas Explicativas

27.2 Conciliação da receita operacional líquida para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	15.566	14.301
Cotas de energia elétrica.....	91.591	87.612
Suprimento de energia - comercializadores.....	-	43.165
Energia de curto prazo - CCEE.....	4.837	2.240
Renda da prestação de serviços.....	12.319	17.546
Outras receitas.....	1.133	2.805
	<u>125.446</u>	<u>167.669</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(409)	(641)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(12.012)	(15.161)
PIS sobre receitas operacionais.....	(2.608)	(3.292)
ICMS sobre receitas operacionais.....	-	(73)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(243)	(877)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.091)	(1.450)
	<u>(16.363)</u>	<u>(21.494)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>109.083</u>	<u>146.175</u>

27.3 Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência e Atualização de Tarifas

A partir de janeiro de 2013, toda garantia física e potência das usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às distribuidoras de energia elétrica, em decorrência das alterações introduzidas no modelo setorial por meio da Medida Provisória – MP 579/2012, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, e de legislações e regulamentações posteriores. A remuneração pela alocação da disponibilidade total de cada usina passou a ser por tarifa, vinculada a Receita Anual de Geração – RAG estabelecida por usina, e que agrega os encargos setoriais e tributos.

Os correspondentes Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência, a serem firmados com todas as Distribuidoras e conforme aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 4/12/2012, serão reajustados pelo IPCA, anualmente no dia 1º de julho e a tarifa passará por revisões a cada 5 anos, conforme regulamentação específica a ser definida pela ANEEL.

27.4 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

No trimestre findo em 30 de setembro de 2014 o fornecimento para consumidores livres resultou em um faturamento de R\$ 5.281 (R\$ 4.712 em 30 de setembro de 2013). Para garantir tais contratos foi promovido leilões de compra de energia elétrica, sendo que para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da BOLT Serviços e Comercialização de Energia Ltda.

Notas Explicativas

27.5 Energia Elétrica Vendida para os trimestres findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	26.735	25.794	5.281	4.712
Cotas de Garantia Física				
Cotas de energia elétrica.....	321.796	321.593	32.069	29.544
Suprimento				
Agentes comercializadores.....	-	147.936	-	14.544
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	1.587	922
Total.....	348.531	495.323	38.937	49.722

27.6 Energia Elétrica Vendida para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	78.792	77.022	15.566	14.301
Cotas de Garantia Física				
Cotas de energia elétrica.....	968.383	968.728	91.591	87.612
Suprimento				
Agentes comercializadores.....	-	439.051	-	43.165
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	4.837	2.240
Total.....	1.047.175	1.484.801	111.994	147.318

- (1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- (2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoelétrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

27.7 Renda da prestação de serviços para os trimestres findos em 30 de Setembro

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Petrobras (UTE's).....	3.252	4.732
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.159	1.037
	4.411	5.769

Notas Explicativas**27.8 Renda da prestação de serviços para os períodos findos em 30 de Setembro**

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	-	145
Petrobras (UTE's).....	10.067	15.440
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.184	1.894
Outros serviços.....	68	67
	12.319	17.546

Notas Explicativas

28. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

28.1 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	3º Trimestre		3º Trimestre		3º Trimestre		3º Trimestre	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda.....	(4.342)	(23.670)	-	-	-	-	(4.342)	(23.670)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(943)	(806)	-	-	-	-	(943)	(806)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos....	(1.030)	(1.652)	-	-	-	-	(1.030)	(1.652)
Pessoal.....	(26.486)	(26.415)	(153)	-	-	-	(26.639)	(26.415)
Material.....	(1.305)	(1.769)	-	-	-	-	(1.305)	(1.769)
Serviço de terceiros.....	(9.751)	(8.599)	-	-	-	-	(9.751)	(8.599)
Depreciação.....	(5.378)	(4.931)	-	-	-	-	(5.378)	(4.931)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(6.642)	(478)	-	-	-	-	(6.642)	(478)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários....	1.535	1.502	-	-	-	-	1.535	1.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.581)	(433)	-	-	-	-	(1.581)	(433)
Rev. Provisão para riscos socioambientais.....	4.700	-	-	-	-	-	4.700	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	3.588	-	3.588
Receita (Despesa) de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	(263)	324	(263)	324
Outras.....	(1.921)	1.027	-	-	-	(29)	(1.921)	998
Total.....	(53.144)	(66.224)	(153)	-	(263)	3.883	(53.560)	(62.341)

Notas Explicativas

28.2 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda.....	(4.342)	(23.670)	-	-	-	-	(4.342)	(23.670)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(943)	(806)	-	-	-	-	(943)	(806)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(1.030)	(1.652)	-	-	-	-	(1.030)	(1.652)
Pessoal.....	(26.486)	(26.415)	(153)	-	-	-	(26.639)	(26.415)
Material.....	(1.305)	(1.769)	-	-	-	-	(1.305)	(1.769)
Serviço de terceiros.....	(9.763)	(8.600)	-	-	-	-	(9.763)	(8.600)
Depreciação.....	(5.378)	(4.931)	-	-	-	-	(5.378)	(4.931)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(6.642)	(478)	-	-	-	-	(6.642)	(478)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	1.535	1.502	-	-	-	-	1.535	1.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.581)	(433)	-	-	-	-	(1.581)	(433)
Rev. Provisão para riscos socioambientais.....	4.700	-	-	-	-	-	4.700	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	3.588	-	3.588
Outras.....	(2.164)	1.022	-	-	-	(29)	(2.164)	993
Total.....	(53.399)	(66.230)	(153)	-	-	3.559	(53.552)	(62.671)

Notas Explicativas

28.3 Para os períodos findos em 30 de Setembro

Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Acumulado		Acumulado		Acumulado		Acumulado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda.....	(16.972)	(62.530)	-	-	-	-	(16.972)	(62.530)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.576)	(2.117)	-	-	-	-	(2.576)	(2.117)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos....	(4.000)	(3.784)	-	-	-	-	(4.000)	(3.784)
Pessoal.....	(72.050)	(77.896)	(301)	(530)	-	-	(72.351)	(78.426)
Material.....	(3.090)	(4.242)	-	-	-	-	(3.090)	(4.242)
Serviço de terceiros.....	(29.614)	(27.073)	-	-	-	-	(29.614)	(27.073)
Depreciação.....	(16.004)	(14.949)	-	-	-	-	(16.004)	(14.949)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(23.026)	(6.792)	-	-	-	-	(23.026)	(6.792)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários....	9.054	37.162	-	-	-	-	9.054	37.162
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(3.569)	(4.135)	-	-	-	-	(3.569)	(4.135)
Rev. Provisão para riscos socioambientais	4.700	-	-	-	-	-	4.700	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	1.376	3.588	1.376	3.588
Receita (Despesa) de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	(379)	687	(379)	687
Outras.....	(5.994)	1.616	-	-	(4)	-	(5.998)	1.616
Total.....	(163.141)	(164.740)	(301)	(530)	993	4.275	(162.449)	(160.995)

Notas Explicativas

28.4 Para os períodos findos em 30 de Setembro

Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Ajustado		Ajustado		Ajustado		Ajustado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda.....	(16.972)	(62.530)	-	-	-	-	(16.972)	(62.530)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.576)	(2.117)	-	-	-	-	(2.576)	(2.117)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(4.000)	(3.784)	-	-	-	-	(4.000)	(3.784)
Pessoal.....	(72.050)	(77.896)	(301)	(530)	-	-	(72.351)	(78.426)
Material.....	(3.090)	(4.242)	-	-	-	-	(3.090)	(4.242)
Serviço de terceiros.....	(29.636)	(27.084)	-	-	-	-	(29.636)	(27.084)
Depreciação.....	(16.004)	(14.949)	-	-	-	-	(16.004)	(14.949)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(23.026)	(6.792)	-	-	-	-	(23.026)	(6.792)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	9.054	37.162	-	-	-	-	9.054	37.162
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(3.569)	(4.135)	-	-	-	-	(3.569)	(4.135)
Rev. Provisão para riscos socioambientais.....	4.700	-	-	-	-	-	4.700	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	1.376	3.588	1.376	3.588
Outras.....	(6.250)	1.596	-	-	15	-	(6.235)	1.596
Total.....	(163.419)	(164.771)	(301)	(530)	1.391	3.588	(162.329)	(161.713)

Notas Explicativas

Energia comprada para revenda

Para atender aos compromissos firmados antes do novo regime de contratação de energia e potência estabelecido na prorrogação da concessão, com consumidores livres e comercializadores de energia elétrica, a Companhia adquiriu energia no mercado. Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía compromissos com comercializadores e consumidores livres, os quais demandaram a compra de energia de aproximadamente 79 MW médios, contudo em 30 de setembro de 2014, grande parcela desses contratos foram encerrados e a Companhia precisou adquirir apenas 12 MW médios para suprir seus compromissos com contratos bilaterais firmados antes da renovação da sua concessão em 2012.

Pessoal

A redução de gastos com pessoal reflete a política de contenção de gastos da Companhia por meio de diminuição do quadro de pessoal efetuada ao longo do exercício de 2013 em conformidade com acordo coletivo vigente.

Reversão de Provisão

No primeiro trimestre de 2013, foi efetuada a reversão de contingência passiva no valor de R\$ 32.833, referente a obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, veja maiores detalhes na nota explicativa nº 24.

29. RESULTADO FINANCEIRO

29.1 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	2.054	1.863	2.793	2.353
Atualização de valores a receber - DAEE.....	(53)	260	(53)	260
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	6.754	7.127	6.754	7.127
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	15	8	15	8
Outras.....	435	9	435	9
	<u>9.205</u>	<u>9.267</u>	<u>9.944</u>	<u>9.757</u>
Despesas				
Juros	-	-	(6.634)	-
Juros Capitalizados.....	-	-	5.895	-
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(30)	(12)	(38)	3
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(65)	(101)	(65)	(99)
Juros sobre RGR.....	(203)	(203)	(203)	(203)
Outras.....	-	3	-	(16)
	<u>(298)</u>	<u>(313)</u>	<u>(1.045)</u>	<u>(315)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	(7.915)	60	(7.915)	60
Arrendamento UTE Piratininga.....	611	12.670	611	12.670
Variações monetárias passivas.....	7.042	(4.659)	7.042	(4.659)
	<u>(262)</u>	<u>8.071</u>	<u>(262)</u>	<u>8.071</u>
	<u>8.645</u>	<u>17.025</u>	<u>8.637</u>	<u>17.513</u>

Notas Explicativas

29.2 Para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	5.487	4.742	6.226	5.790
Atualização de valores a receber - DAEE.....	1.034	1.984	1.034	1.984
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	20.800	21.893	20.800	21.893
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	85	11	85	11
Outras.....	795	35	795	35
	<u>28.201</u>	<u>28.665</u>	<u>28.940</u>	<u>29.713</u>
Despesas				
Juros	-	(460)	(6.634)	(460)
Juros capitalizados.....	-	-	5.895	-
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(70)	(19)	(78)	(4)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(222)	(249)	(222)	(247)
Juros sobre RGR.....	(608)	(608)	(608)	(608)
Outras.....	-	-	-	(20)
	<u>(900)</u>	<u>(1.336)</u>	<u>(1.647)</u>	<u>(1.339)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	696	2.971	696	2.971
Arrendamento UTE Piratininga.....	20.389	27.770	20.389	27.770
Variações monetárias passivas.....	(2.605)	(9.317)	(2.605)	(9.317)
	<u>18.480</u>	<u>21.424</u>	<u>18.480</u>	<u>21.424</u>
	<u>45.781</u>	<u>48.753</u>	<u>45.773</u>	<u>49.798</u>

Os valores de entidade de previdência a empregados referentes a 30 de setembro de 2014 foram reclassificados para Variações Monetárias por se tratarem de atualizações sobre o saldo credor do plano previdenciário.

Notas Explicativas

30. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2013	09.04.2015	2.500	218
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.08.2014	08.08.2015	6.000	105
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3).....	28.11.2013	28.11.2014	324	2
			<u>8.824</u>	<u>325</u>

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas, com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Os grupo de contas sujeitos a esse risco são: Revendedores e Consumidores (nota 5); Valores a receber – Energia Livre (nota 6); Outros valores a receber – DAEE (nota 7); Serviços de canal do Rio Pinheiros (nota 8); Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (nota 10); Outros créditos (nota 11); Ativo financeiro da concessão (nota 15) e Ativo reversível da concessão (nota 16).

Notas Explicativas

(a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(a.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 30 de setembro de 2014 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil – Indicadores Econômicos – Capítulo III Mercados financeiros e de capitais – Taxas de juros efetivas, de 16 de julho de 2014, com CDI overnight de 10,80% a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.09.2014	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		10,80%	8,10%	5,40%
Controladora	47.245	5.102	3.827	2.551
Consolidado	51.307	5.541	4.156	2.771

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 30 de setembro de 2014, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 5% a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.09.2014	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
TJLP	5,00%	5,00%	6,25%	7,50%
Liberado pelo BNDES (87.815)	98.015	4.901	6.126	7.351

Fonte: TJLP (BNDES).

(a.5) Risco de liquidez

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	14.368	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (BNDES)	-	10.654	12.784	38.354	46.860
Dividendos e juros sobre capital próprio	87	-	-	-	-
Total	14.455	10.654	12.784	38.354	46.860

(a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômicos-financeiros e outros, veja maiores detalhes na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava em conformidade dos termos dos *covenants*.

(a.7) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência.

(a.8) Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária.

A RAG da EMAE foi estabelecida em 23 de julho de 2013 por meio da Resolução Homologatória 1.572/2013, onde homologou a receita para o período de 01 de julho de 2013 a 30 de julho de 2014, conforme os valores demonstrados abaixo:

USINA HIDRELÉTRICA	RAG EM R\$
Henry Borden	94.086
Porto Góes	4.105
Rasgão	2.915

Em 29 de julho de 2014, A ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 1.767 de 29 de julho de 2014, na qual homologou as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei 12.783/2013 e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e de potência. As receitas definidas nesse instrumento estarão em vigor a partir de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Notas Explicativas

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	REH 1.767/14
Henry Borden	104.996
Porto Góes	4.599
Rasgão	3.133
	<u>112.728</u>

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 11% em relação a RAG anterior, o que reflete basicamente os custos da gestão dos ativos de geração (GAG) que de acordo com a nota técnica 043/2014 da SRG/ANEEL, aumentou 11% em relação ao período anterior.

32. INFORMAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas informações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº4.

b) Informações suplementares

	Controladora		Consolidado	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Juros pagos.....	900	1.336	908	1.339
Juros recebidos.....	5.487	4.742	5.487	5.790
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	2.645	2.943	2.757	3.215

33. PIRAPORA ENERGIA S.A.

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Abaixo, segue demonstrativos das informações financeiras da controlada:

	30.09.14	31.12.13
Ativo	147.111	97.073
Passivo	102.666	69.814
Patrimônio Líquido	44.445	27.259
	30.09.14	30.09.13
Lucro (Prejuízo) do Período	(379)	687

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Companhia Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o período findo em 30 de setembro de 2014 prejuízo de R\$ 379. Em 18 de junho de 2014 foi pago a EMAE um montante de R\$ 232 a título de dividendos, referentes ao ano calendário de 2013. Em atendimento aos itens 12 e 13 do CPC 20 (R1) os juros incorridos de empréstimo tomado junto ao banco BNDES foram capitalizados da seguinte forma:

	30.09.14
Despesa com juros	(6.634)
Receita de aplicação financeira	739
Valor capitalizado no imobilizado em curso	<u>(5.895)</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Acionistas da

EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo financeiro da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão. Esse ativo financeiro, no montante de R\$ 56.623 mil em 30 de setembro de 2014, representa investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir da próxima revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração (“RAG”). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários. A nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Ativo reversível da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Companhia mantém contabilizado ativos reversíveis, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo poder concedente, após fiscalização e definição dos valores com base na VNR pela ANEEL, nos termos do com o art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação de investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 296.216 mil a valor líquido contábil. A Administração da Companhia informa que até 30 de setembro de 2014 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados tampouco não há indicações de perdas de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. A nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de períodos/exercício anteriores

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2013 preparados originalmente antes das reclassificações decorrentes da aplicação do ICPC 01 – Contratos de concessão, descritas na nota nº 3, e a revisão das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2013, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com data de 20 de março de 2014 e 1º de novembro de 2013, respectivamente. Como parte da nossa revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2014, revisamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente registrados, em todos os seus aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e nem sobre as demais informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre eles tomados em conjunto.

São Paulo, 31 de outubro de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2